



Brasília-DF, 01 de junho de 2026

## Nova Central, CNTI, Contratuh e Luiz Carlos Motta defendem unidade para aprovar PEC do fim da escala 6x1 no Senado



Após a aprovação do texto-base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a jornada de trabalho e põe fim à escala 6x1 na Câmara dos Deputados, o deputado federal Luiz Carlos Motta (PL/SP), presidente licenciado da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), destacou o caráter histórico da medida e o papel desempenhado pelo movimento sindical na construção da proposta.

As declarações foram feitas em um bate-papo com o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e vice-presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), José Reginaldo Inácio, e com o presidente da Contratuh e diretor de Finanças da NCST, Wilson Pereira. A conversa foi conduzida pelo diretor de Relações Institucionais da Nova Central, Moacyr Auersvald, que também atuou como entrevistador e cinegrafista do registro.

Segundo Motta, a luta pela redução da jornada é uma reivindicação histórica da classe trabalhadora e das entidades sindicais. O parlamentar ressaltou a expressiva votação obtida pela PEC nos dois turnos da Câmara, com 478 votos favoráveis no primeiro turno e 460 no segundo.

“O grande beneficiado será o trabalhador brasileiro, que terá mais tempo para a família, para a qualificação profissional e para o descanso. Isso representa mais qualidade de vida e melhores condições de trabalho”, afirmou.

José Reginaldo Inácio classificou a aprovação como

um marco para os trabalhadores e destacou a importância da atuação de parlamentares comprometidos com a pauta. Ele também elogiou Luiz Carlos Motta pelo apoio permanente às demandas do movimento sindical.

Segundo Reginaldo, o deputado tem contribuído para fortalecer a interlocução entre os trabalhadores e o Congresso Nacional. Para o dirigente da CNTI, a proposta representa um avanço nas relações de trabalho e uma resposta às perdas acumuladas após a reforma trabalhista de 2017.

Reginaldo defendeu ainda que sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais mantenham a mobilização para sensibilizar os senadores sobre a importância da medida e garantir a aprovação da PEC na próxima etapa de tramitação.

Já Wilson Pereira destacou o compromisso de Luiz Carlos Motta com o sistema confederativo e com a defesa das entidades sindicais. Segundo ele, a atuação do parlamentar no Congresso Nacional tem sido fundamental para a preservação dos direitos dos trabalhadores e para o fortalecimento da representação sindical.

Motta confirmou que já estão em curso articulações com lideranças políticas para acelerar a tramitação da PEC no Senado. De acordo com ele, a mobilização será intensificada nos próximos dias para garantir que a proposta avance com a mesma força demonstrada na Câmara dos Deputados.

As lideranças sindicais foram unânimes ao destacar tanto a importância da aprovação da proposta quanto a necessidade de ampliar a mobilização dos trabalhadores e das entidades representativas para assegurar a aprovação definitiva da PEC no Senado Federal.

Confira:



[https://www.youtube.com/watch?v=z\\_FpTyHqd2g](https://www.youtube.com/watch?v=z_FpTyHqd2g)

Fonte: NCST



Brasília-DF, 01 de junho de 2026

## NCST-RN realiza 4º Congresso Estadual com debate sobre sindicalismo e organização dos trabalhadores

NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES

**4º CONGRESSO  
ESTADUAL  
NCST/RIO GRANDE  
DO NORTE**

**16 DE JUNHO**

LOCAL: SEDE DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES  
NA INDÚSTRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Av. Bernardo Vieira, Nº 576 - Quintas - CEP: 59051001 - NATAL - RN

CONTATO: Fone: (084) 3653-2209  
E-mail: fti\_rn@yahoo.com.br

**PALESTRA**  
**O QUE É  
SINDICATOFOBIA?**  
POR JOSÉ REGINALDO INÁCIO

**PROGRAMAÇÃO**

8h00 às 8h30	Credenciamento
8h30 às 9h30	Sessão Solene de Abertura e Composição da Mesa
9h30 às 11h00	Palestra
11h00	Sessão Plenária Eleitoral
12h00	Encerramento e Almoço

APOIO:  
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

A Nova Central Sindical de Trabalhadores do Rio Grande do Norte (NCST-RN) promove, no dia 16 de junho, o 4º Congresso Estadual da entidade, em Natal. O encontro será realizado na sede da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Rio Grande do Norte (FTI-RN), reunindo dirigentes sindicais, lideranças trabalhistas e representantes de diversas categorias para debater os desafios do movimento sindical e fortalecer a organização da classe trabalhadora no estado.

Entre os destaques da programação está a palestra “O que é Sindicatofobia?”, ministrada por José Reginaldo Inácio, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e vice-presidente da NCST nacional. O debate pretende abordar os impactos da desvalorização das entidades sindicais e a

importância da defesa da representação coletiva dos trabalhadores.

O congresso conta com apoio da CNTI e reforça o compromisso da NCST-RN com o fortalecimento do movimento sindical e a ampliação do debate sobre direitos trabalhistas, democracia sindical e valorização do trabalho.

## “Liberdade” para trabalhar mais e ganhar menos: PEC bolsonarista tenta transformar direito trabalhista em negociação individual

*Proposta do senador Rogério Marinho (PL-RN) surge como contraponto à PEC que reduz jornada e acaba com a escala 6x1. Texto privilegia acordos individuais e flexibiliza direitos sob o discurso da “autonomia” do trabalhador*



Eis que surge no Senado, o contraponto conservador à vitória dos trabalhadores na Câmara. Isto, menos de 24 horas após a Casa aprovar, por esmagadora maioria, a PEC 221/19 — que reduz a jornada semanal para 40 horas e extingue a escala 6x1 — setores da direita e do bolsonarismo reagiram com proposta que segue direção oposta.

A PEC 12/26, apresentada pelo senador Rogério Marinho (PL-RN) e outros parlamentares alinhados ao bolsonarismo, tenta substituir a lógica da proteção coletiva do trabalho pela chamada “livre pactuação” entre empregado e empregador.

Na prática, o texto constitucionaliza a prevalência do contrato individual sobre acordos e convenções coletivas e abre espaço para ampliação da flexibilização trabalhista iniciada após a contrarreforma trabalhista de 2017.

Sob o discurso da “liberdade de escolha”, a proposta

**Brasília-DF, 01 de junho de 2026**

transfere ao trabalhador individualmente a responsabilidade de negociar jornada, remuneração e direitos diretamente com o patrão. Essa relação que sindicatos e especialistas historicamente descrevem como profundamente desigual. É o velho princípio do “pescoço negociando com a guilhotina”, agora elevado à Constituição.

### **O que diz a PEC bolsonarista**

A proposta altera o artigo 7º da Constituição para permitir que o trabalhador “escolha” entre o regime tradicional da CLT ou modelo de jornada flexível baseado em horas trabalhadas.

O texto estabelece que acordos individuais poderão prevalecer inclusive sobre instrumentos coletivos negociados por sindicatos. Também prevê remuneração proporcional à jornada efetivamente trabalhada, afetando diretamente férias, 13º salário, FGTS e demais direitos, que passariam a ser calculados conforme a carga horária ajustada individualmente.

Na justificativa, o senador Rogério Marinho afirma que a PEC “moderniza” as relações de trabalho e amplia a “autonomia” do empregado. O senador sustenta que a medida permitiria maior adaptação às “necessidades do mercado”.

Na prática, porém, críticos da proposta apontam que o texto institucionaliza a fragmentação das relações trabalhistas e enfraquece o poder de negociação coletiva dos trabalhadores.

### **“Livre escolha” em relações profundamente desiguais**

A principal ironia política da proposta está justamente na noção de “liberdade contratual” apresentada pelos autores da proposta no Senado como contraponto à proposta aprovada de forma acachapante na Câmara, nesta quarta-feira (27).

Num mercado de trabalho marcado por desemprego estrutural, informalidade elevada e alta rotatividade, a ideia de negociação individual entre empregado e empregador tende a favorecer o lado economicamente mais forte da relação.

Especialistas em Direito do Trabalho lembram que o próprio surgimento da legislação trabalhista decorreu exatamente de a incapacidade histórica de trabalhadores negociarem em igualdade de condições com o capital.

Ao permitir que contratos individuais prevaleçam sobre convenções coletivas, a PEC atinge um dos pilares centrais da proteção trabalhista construída ao longo do século 20: a negociação coletiva como

mecanismo de equilíbrio mínimo entre capital e trabalho.

Na prática, a proposta cria condições para jornadas variáveis, remunerações fragmentadas e redução indireta de direitos sociais por meio da proporcionalização salarial.

### **Resposta política à derrota na Câmara**

A apresentação da PEC 12/26 também revela a tentativa da direita bolsonarista de responder politicamente à derrota sofrida durante a votação da PEC 221/19 na Câmara.

A proposta aprovada pelos deputados reduziu a jornada máxima de 44 para 40 horas semanais, extinguiu a escala 6x1 e estabeleceu 2 dias de descanso semanal sem redução salarial. O texto foi aprovado por placares acachapantes: 472 votos a 22 no primeiro turno e 461 a 19 no segundo.

O resultado isolou os setores ultraliberais e consolidou ampla maioria parlamentar favorável à redução da jornada. No debate público, o discurso empresarial de que a economia “quebraria” com a mudança perdeu força diante do apoio popular expressivo ao fim da escala 6x1.

A PEC de Rogério Marinho surge justamente como contraponto ideológico a essa vitória dos trabalhadores. Enquanto a proposta aprovada na Câmara busca reduzir o desgaste físico e ampliar a proteção social, a PEC bolsonarista aposta na flexibilização individualizada como solução para os problemas do mercado de trabalho.

### **Retorno da lógica da Reforma Trabalhista**

A PEC 12/26 retoma princípios centrais da chamada “Reforma Trabalhista” aprovada em 2017 durante o governo Michel Temer (MDB), da qual Rogério Marinho foi um dos principais articuladores quando ocupava cadeira na Câmara dos Deputados, pois relator do texto na Casa, e depois na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho no governo Jair Bolsonaro (PL).

Na época, prometia-se geração massiva de empregos formais, fortalecimento da negociação individual e modernização das relações trabalhistas. O resultado concreto, porém, foi o avanço da informalidade, da pejetização e das formas precárias de contratação.

Agora, a nova proposta aprofunda essa lógica ao tentar constitucionalizar mecanismos que ampliam a prevalência do acordo individual sobre direitos coletivos.

Por trás do discurso da “flexibilidade”, o embate em torno de ambas as propostas — a PEC 12/26 e a PEC

**Brasília-DF, 01 de junho de 2026**

221/19 — revela algo maior: a disputa entre 2 modelos de sociedade.

De um lado, a defesa da redução da jornada e da ampliação do tempo livre como direito social. De outro, a ideia de que o trabalhador deve negociar sozinho — e individualmente — até mesmo os limites da própria exaustão. Isto não “cola” mais.

Acesse o inteiro teor da proposta do senador Rogério Marinho (PL-RN) — [PEC 12/26](#) — contra os trabalhador

Fonte: Diap

## Redução de jornada ajuda jovens a conciliar trabalho e estudo, diz Dieese

*Teto de 40h permitirá que 425 mil jovens de 18 a 29 anos conciliem as atividades*



Foto: Antônio Cruz/Agência Brasil

Estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) revela que a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais tem potencial para aumentar em até 425 mil o número de jovens com idade entre 18 e 29 anos que conciliam emprego e estudos.

Os dados do quarto trimestre da Pnad Contínua, em 2025, demonstram isso de forma mais clara: 50% dos jovens (até 29 anos) numa jornada de 36 horas conciliam trabalho e estudo.

Com aumento da jornada, esse índice dos que estudam cai drasticamente: 24,8% (36h a 39h), 22,3% (40h), 17,1% (41h a 44h), 14,8% (45h a 48h) e 9,7% (mais de 48h). Ou seja, longas jornadas dificultam a formação e qualificação dos trabalhadores.

O impacto das jornadas longas sobre a qualificação é ainda maior entre os trabalhadores mais jovens. Entre

os empregados formais do setor privado com idade entre 18 e 24 anos, que trabalhavam exatamente 40 horas semanais, 28% conseguiam conciliar trabalho e estudo.

Dos jovens que cumpriam jornadas de trabalho entre 41 e 44 horas, apenas 20% estavam estudando, redução de 8 pontos percentuais. Nesse grupo, 19% ainda não tinham concluído sequer o ensino médio, o que sugere que jornadas mais longas podem estar associadas a maiores dificuldades não apenas para dar continuidade aos estudos, mas também para concluir a formação básica.

A partir desses dados, foi feito um cálculo sobre o número de jovens que poderia buscar formação e qualificação, caso a jornada fosse reduzida para 40 horas.

“Considerando a hipótese de que toda a juventude que trabalha acima de 40 horas teria a jornada reduzida para 40 horas, o país poderia ter até 425 mil jovens a mais estudando. Contudo, é preciso levar em conta que somente o fato de o trabalhador ter mais tempo livre não determina que ele vá buscar formação e qualificação, já que a questão está relacionada também com outras variáveis, como a renda, por exemplo”, diz o Dieese.

### Relação

Segundo estudo, não se trata de afirmar que menos formação e qualificação decorrem só e diretamente de jornadas mais longas ou que essas jornadas sejam resultado exclusivo de baixos níveis de escolaridade.

O Departamento diz que o objetivo é evidenciar como as condições concretas de inserção no mercado de trabalho, especialmente as jornadas extensas, podem limitar o tempo disponível para estudo, qualificação continuada e desenvolvimento profissional.

Por exemplo, há maior concentração de trabalhadores com baixos níveis de escolaridade em ocupações com jornadas mais intensas e menos acesso a oportunidades de formação.

Entre os empregados formais do setor privado com ensino superior completo, quase metade (47%) estava em jornadas de exatamente 40 horas semanais. Já entre os que tinham ensino médio completo, a proporção dos que cumpriam entre 41 e 44 horas por semana (41%) era maior do que a dos que trabalhavam 40 horas (34%).

Fonte: Portal Vermelho